

**DO SENHOR AO TU:
UMA CONJUGAÇÃO EM MUDANÇA**

Izabel Cristina R. SOARES
Maria da Graça Ferreira LEAL
Departamento de Línguas e
Literaturas Estrangeiras. Cen-
tro de Letras e Artes. Mes-
trandas em Linguística.

RÉSUMÉ: A partir de la relation entre la langue et la société – fait incontestable dans les études sociolinguistiques – les auteurs essayent de montrer que les différentes manières de s'adresser à quelqu'un – le vouvoiement (V) et le tutoiement (T) – reflètent les relations, soit de pouvoir, soit de solidarité, entre les différents rôles sociaux. Plus ces relations sont hiérarchisées, moins de réciprocité il y aura dans l'usage de V et de T.

Dans le domaine de la famille, particulièrement au sein de la famille “belenense”, un changement semble être en train de se produire dans la manière dont les enfants s'adressent à leurs parents, ce qui indiquerait, peut-être, que les relations entre parents et enfants deviennent moins inégales. C'est ce qu'essayent de constater les auteurs de cet article, malgré le caractère très limité de leur enquête.

Mots clés: Sociolinguistique, Vouvoiement, Tutoiement, Symétrie x asymétrie, Famille “belenense”, Changement probable, Réciprocité.

RESUMO: A partir da relação entre língua e sociedade – fato incontestável nos estudos sociolinguísticos –, os autores procuram mostrar que as diferentes formas de tratamento – “o senhor”, “você” (V) e “tu” (T) – refletem as relações, de poder ou de solidariedade, que existem entre os diferentes papéis sociais. Quanto mais hierarquizadas essas relações, menos reciprocidade haverá no uso de V e T.

No domínio da família, particularmente no seio da família belenense, uma mudança parece estar acontecendo na forma de tratamento de filhos para pais, o que indicaria, talvez, que as relações entre pais e filhos estão se tornando menos desiguais. É o que tentam constatar os autores deste artigo, apesar do caráter muito limitado de sua pesquisa.

Palavras-chave: Sociolinguística, Formas de tratamento, Simetria x assimetria, Família belenense, Mudança provável, Reciprocidade.

1 INTRODUÇÃO

Lembranças acumuladas de um passado não muito distante ou de romances inesquecíveis de nossa literatura trazem até nós vozes, familiares e conhecidas, que repetem: “Papai, o senhor...”, “Mamãe, a senhora...”. Ainda hoje estas formas de tratamento ecoam em inúmeros lares brasileiros. Quantos de nós ainda tratamos nossos pais dessa maneira? Muito mais que isso. Ainda há quem censure crianças que tratam seus pais por “tu”. No entanto, já não é raro, no momento atual, ouvirmos “tu” e “você” empregados com muita naturalidade de filhos para pais. Parece-nos, portanto, que uma mudança está se insinuando no que diz respeito às formas de tratamento no domínio da família brasileira, particularmente da família belenense. O que estaria “por trás” desta mudança? Mudanças sociais? Transformações profundas na estrutura familiar? Será que já é possível, sem o recuo histórico necessário, apontar variáveis de ordem social relacionadas a esta mudança?

Que existe uma relação estreita entre LÍNGUA E SOCIEDADE é fato que se tornou senso comum nos estudos sociolinguísticos. E é o que pretendemos enfatizar no item 2 deste artigo. Que a escolha das FORMAS ([o]) DE TRATAMENTO é, em certo sentido, determinada pelas FORMAS ([o]) SOCIAIS é também fato sobre o qual já existe um certo consenso. Idéia esta desenvolvida no item 3 deste trabalho que contém a maior parte do referencial teórico que fundamentou nossa pesquisa. Inicialmente, procuramos examinar como é analisado, do ponto de vista social, o uso das diferentes formas de tratamento. A *Conjugação V/T* (3.1) é explicada, pelo menos entre psicólogos sociais e sociolinguistas, em termos de poder e solidariedade. Segundo estes estudiosos, a assimetria das formas de tratamento – uso não recíproco de V e T – seria uma consequência da assimetria de poder; já o uso simétrico ou recíproco revelaria uma relação mais igualitária. Em seguida, mergulhamos na *Conjugação luso-brasileira* (3.2), onde a história nos ajudou a confirmar, de maneira bastante consistente, a relação entre as formas de tratamento e os papéis sociais. Também tentamos mostrar que, apesar da maior variedade de formas de tratamento no sistema da língua portuguesa, nada nos impede de estabelecer a opo-

sição V/T, pois o uso diferenciado das várias formas também aqui revela diferentes relações entre papéis. Finalmente, chegamos à *Conjugação familiar* (3.3.), momento em que a leitura de vários autores – psicólogos, antropólogos, historiadores, sociólogos – permitiu-nos chegar a uma visão de certa forma mais ampla da tese de que a família tem reproduzido os conflitos e antagonismos de classes existentes na sociedade. No entanto, a família muda ao longo da história e, nos últimos tempos, a estrutura familiar tem passado por mudanças radicais. Do ponto de vista lingüístico, estas mudanças vão se repercutir, embora mais tardiamente, no uso das formas de tratamento entre pais e filhos.

Nosso propósito é constatar a mudança que parece estar ocorrendo no emprego das formas de tratamento, principalmente de filhos para pais, na família belenense. Na tentativa de comprovar esta variação, optamos pela gravação como instrumento de coleta de dados. A explicitação metodológica – o *MODUS FACIENDI* – de nossa pesquisa aparece no item 1 e a análise dos dados no item 4. Quanto à conclusão, não sabemos se são conclusões ou inconclusões, tentamos desvelar o que está *POR TRÁS DOS DADOS*.

2 MODUS FACIENDI

A seleção dos informantes foi determinada por dois fatores hipoteticamente significativos para a análise sociolinguística das formas de tratamento entre pais e filhos: o grupo sócio-econômico e a faixa etária. Por razões de comodidade na investigação, a amostragem foi escolhida em nosso local de trabalho (UFPA), distinguindo-se dois grupos, social e economicamente distanciados, cujos filhos estudam no Núcleo Pedagógico Integrado: o grupo A, constituído por professores, e o grupo B, por funcionários, grupo este supostamente menos privilegiado economicamente.

Partindo da hipótese de que a mudança da forma de tratamento era mais evidenciada entre as crianças mais novas, pensamos em contrastar sua linguagem à de adolescentes. Por isso, os informantes-filhos pertencem a duas faixas etárias. Para cada célula da

variável grupo sócio-econômico, há um grupo de 12 a 14 anos e outro de 8 a 10 anos, o primeiro representando a década de 70 e o segundo, a de 80. O distanciamento temporal entre eles pareceu-nos significativo para este tipo de análise.

As faixas etárias dos informantes-pais e respectivos cônjuges foram determinadas pela escolha dos informantes-filhos. Embora não tão significativas quanto as dos filhos para nossa pesquisa, poderão eventualmente esclarecer alguns dados (Quadro 1).

QUADRO 1 - IDADE DOS INFORMANTES - PAIS

FAIXA ETÁRIA		GRUPOS				
		APx	BPx	APy	BPy	%
INFORMANTES	30 - 35	0	0	2	3	25%
	36 - 40	1	3	1	1	30%
	41 - 45	2	1	1	1	25%
	+ 45	2	1	1	0	20%
CÔNJUGES	30 - 35	0	1	1	3	25%
	36 - 40	0	3	1	1	25%
	41 - 45	2	1	2	1	30%
	+ 45	3	0	1	0	20%

Como nosso objetivo é mostrar a relação entre os papéis familiares – pais e filhos – e estes dois fatores – classe sócio-econômica e faixa etária –, atribuímos aos grupos analisados códigos que acumulam estas três informações: APx, APy, BPx, BPy, AFx, AFy, BFX e BFy, onde A = professores, B = funcionários, P = Pais, F = filhos, x = adolescentes de 12 a 14 anos e y = crianças de 8 a 10 anos.

Para cada uma das oito células – APx, APy, BPx, BPy, AFx, AFy, BFX e BFy –, há cinco informantes, mínimo necessário, segundo Tarallo (1985, p. 29), para “garantir a representatividade da amostra”. Dois informantes do grupo BP pertencem simultaneamente ao grupo BPx e BPy.

Sendo o tempo de que dispúnhamos bastante exíguo, optamos por restringir a análise à verificação da ocorrência das variáveis, sem levar em consideração a sua frequência. Por isso, na coleta de dados, houve antes a preocupação com a naturalidade das situações de comunicação lingüística do que com a duração das gravações. Para não prejudicar a naturalidade da situação a ser registrada, preferimos não estar presentes no momento das gravações. Solicitamos aos pais que eles mesmos fizessem as gravações em casa, no momento em que julgassem conveniente, se possível sem que os informantes-filhos percebessem que estavam sendo “observados”. O resultado, com raríssimas exceções, foram gravações de diálogos espontâneos entre pais e filhos. De fato, as evidências indicam que foi obtida dos informantes uma fala razoavelmente casual, pela ocorrência de fenômenos característicos daquilo que Labov (ap. Marcellesi & Gordin, 1974), chama estilo informal: alterações no ritmo de fala, no volume ou no tom da voz, bem como a ocorrência de risos, pausas. . .

Após a coleta das gravações de fala casual, foi realizado junto aos informantes pais e filhos um teste sociolingüístico para avaliar sua atitude em relação às variantes estudadas. Distribuímos um questionário diferenciado aos informantes-pais e aos informantes-filhos (Anexos 1 e 2). Preferimos perguntas de tipo “aberto” que dessem margem à livre expressão dos informantes.

Para facilitar a análise dos dados, elaboramos uma ficha-resumo onde registramos todos os dados obtidos, tanto nas gravações quanto nos questionários. Nestas fichas individuais (Anexos 3 e 4), somente transcrevemos os trechos das gravações em que aparecem formas de tratamento. Nem sempre o verbo aparece precedido de uma forma de tratamento explícita. Logo, registramos também as formas implícitas (entre parênteses nos quadros) que ocorrem no uso imperativo do verbo (fático ou não) ou no uso de pronomes pessoais complemento (“te”, “ti”, “contigo”) e de pronomes possessivos (como “teu(s)”, “tua(s)”, “seu(s)”, “sua(s)”). Na fala dos

informantes que empregam mais de uma forma de tratamento, a forma implícita foi associada ao pronome explícito com maior índice de ocorrência.

3 LÍNGUA & SOCIEDADE: ENFIM SOCIOLINGÜÍSTICAS

É fato incontestável nas ciências humanas que a linguagem é uma capacidade inata específica da espécie humana. É inegável igualmente que esta capacidade só se desenvolve por nascer o homem no seio de uma sociedade. Fora do meio social, o ser humano aprende a andar; no entanto, jamais conseguirá falar. Falar pressupõe a existência do “outro”, do social. A existência da sociedade, por sua vez, pressupõe a linguagem e uma de suas faces, a língua, isto é, um sistema comum de signos de comunicação. Assim, cada uma dessas entidades – linguagem e sociedade – implica a outra.

“En posant l’homme dans sa relation avec la nature ou dans sa relation avec l’homme par le truchement du langage, nous posons la société. Cela n’est pas coïncidence historique, mais enchaînement nécessaire. Car le langage se réalise toujours dans une langue, dans une structure linguistique définie et particulière, inséparable d’une société définie et particulière. Langue et société ne se conçoivent pas l’une sans l’autre” (Benveniste, 1966, p.29).¹

Não se pode, portanto, negar a existência de estreitas relações entre língua e sociedade. Entretanto, não há consenso, entre os estudiosos da linguagem, sobre a natureza destas relações. Por um lado, existem aqueles que, seguindo uma linha determinista, afirmam ser a língua o espelho da sociedade, o reflexo da estrutura social nas suas particularidades e variações. Por outro, há estudiosos que chegaram à conclusão de que é impossível estabelecer um rigoroso e necessário condicionamento entre a estrutura lingüística e a estrutura social. Tarallo (1986), sem afastar outras possíveis posturas, prefere ver entre o desempenho lingüístico e o comportamento social uma perene relação dialética.

Qualquer que seja a natureza das relações entre a língua e a sociedade, não existe dúvida sobre a dimensão social da língua. Dado este caráter social da língua, não é possível concebê-la como um bloco homogêneo e invariável. Na verdade, nas relações entre pessoas de uma mesma comunidade, a absoluta identidade do sistema lingüístico é antes exceção do que regra geral. Contudo, a concepção da língua como um sistema uno e invariável predominou até bem recentemente tanto no estruturalismo europeu quanto no gerativismo americano.

Embora definindo a língua como uma instituição social, Saussure abstraiu da Lingüística a noção de grupo social e seu conseqüente poder de mudança. Conciliando na sua teoria as idéias de Durkheim e de Tarde, concebia a sociedade como uma massa social naturalmente inerte e atribuía ao indivíduo todo e qualquer poder de mudança e evolução. Para ele, é a fala, parte individual da linguagem, que faz evoluir a língua. A fala, enquanto ato individual, situa-se fora do sistema da língua. “Como as alterações jamais são feitas no bloco do sistema, e sim num ou noutro de seus elementos, só podem ser estudadas fora do sistema” (Saussure, 1987, p.102). Considerando as alterações como acontecimentos isolados que não formam sistema entre si, Saussure definiu como extralingüístico (estranho ao sistema) e relegou ao domínio da fala todo e qualquer comportamento não predizível ou não regular².

Contraoendo-se ao mecanicismo estático do estruturalismo de Bloomfield, Chomsky, que pretendia propor uma teoria dinâmica para explicar a capacidade humana de produzir e entender novos enunciados, não consegue afastar-se das abstrações saussureanas. O elemento dinâmico incluído em seu conceito de competência consiste unicamente na faculdade de produzir enunciados, isto é, na capacidade de seguir regras, *mas não de alterá-las*. Para ele, o objeto de uma teoria lingüística é, antes de tudo, a competência do falante-ouvinte ideal que vive em uma comunidade lingüística completamente homogênea. A *performance* – manifestação da competência dos falantes em múltiplos atos de fala – é vista como um certo obstáculo à apreensão da competência.

Os estruturalistas europeus e os gerativistas americanos, preocupados em descrever as estruturas da língua ou da competência, estruturas lingüísticas abstratas ou consideradas como um re-

flexo de estruturas mentais inatas universais, excluíram dos estudos lingüísticos o homem enquanto ser histórico e social e, conseqüentemente, proibiram-se qualquer tentativa de realização de uma lingüística social. Descrever a língua de falantes reais inseridos em uma comunidade real implica reconhecer e apreender o conjunto das variações de uma comunidade e tentar determinar a sua estruturação, evidenciando a mudança e a variabilidade do fenômeno lingüístico em sua dimensão social.

Esta concepção do fenômeno lingüístico só foi sistematizada a partir da década de 60 com o desenvolvimento de uma nova disciplina – a Sociolingüística – que procura demonstrar a co-variância entre os fatos lingüísticos e os fatos sociais, isto é, a co-ocorrência sistemática de variação na estrutura lingüística e na estrutura social, estabelecendo eventualmente uma relação de causa e efeito. Para Labov, a finalidade da pesquisa sociolingüística é determinar a significação social das variações no interior de uma unidade estrutural mais vasta: a comunidade lingüística.

Bright, um dos mais importantes especialistas na área, enumera vários fatores de ordem social que condicionam a diversidade lingüística, um conceito-chave, segundo ele, da Sociolingüística. Dentre eles, destacam-se a dimensão do emissor, a do receptor e a da situação social. A primeira, envolvendo a identidade social do emissor, é responsável pelos “dialetos de classe”; a segunda, relacionada com a identidade social do receptor, implica a escolha do tratamento e a busca de adaptação de acordo com o ouvinte; e a terceira corresponde à situação social que engloba todas as condições extraverbais que cercam o diálogo no ato de sua realização, independentemente da condição social do emissor ou do receptor. Estas três dimensões, às quais Bright acrescenta quatro outras³, não são mutuamente exclusivas, mas se entrecruzam, se sobrepõem nas variações da fala. Bright (1974, p.18) afirma que “sempre que duas ou mais destas dimensões se interseccionam podemos encontrar um objeto de estudo sociolingüístico”.

A Sociolingüística vem, portanto, destacar a importância da variedade ou diversidade, até então marginalizada nos estudos de lingüística descritiva, que rotulava de “variação livre”, de extralingüístico, aquilo que na verdade está relacionado a diferenças sociais sistemáticas e que é inerente ao sistema lingüístico. Mais ain-

da, a Sociolingüística tem demonstrado que a instabilidade do social e do lingüístico é meramente ilusória. Segundo Tarallo (1986, p.11), “a noção de estabilidade deve ser modificada de maneira a permitir sistematicidade na variação, unidade na diversidade”.

4 FORMAS ([o]) SOCIAIS E FORMAS ([ɔ]) LINGÜÍSTICAS EM CONJUGAÇÃO

4.1 CONJUGAÇÃO V/T

A Sociolingüística, evidenciando o fato de a língua não se realizar em abstrato, mas como atividade de homens em situação, concentra sua atenção sobre os usuários da língua e os usos que estes fazem dela. Os homens não usam a língua somente para veicular informações. Do ponto de vista sociolingüístico, uma das principais funções da linguagem é “comunicar ao ouvinte a posição que o falante ocupa de fato ou acha que ocupa na sociedade em que vive” (Gnerre, 1985, p.3), isto é, a língua é sobretudo usada para marcar relações entre papéis.

Para a Sociologia, uma disciplina afim da Sociolingüística, a noção de papel refere-se às *expectativas de desempenho*, ou seja, aos padrões de comportamento, socialmente prescritos, esperáveis de uma pessoa que ocupe certa posição na estrutura social. Não é difícil, por exemplo, descrever os comportamentos previsíveis dos ocupantes de posições como “patrão”, “aluno”, “padre”, etc. Evidentemente, a manifestação destes papéis implica uma situação de interação, logo a presença do “outro”. Portanto, esses padrões de comportamento só existem e persistem através de uma contínua confirmação pelos atos dos outros: o papel de “patrão”, “aluno”, “padre” define-se em sua relação com o papel de “empregado”, “professor”, “fiéis”. Na estrutura social, ocorre ainda o desempenho simultâneo de diferentes papéis – *status set* na terminologia de Merton (Salem, 1980, p.29) – em domínios diversos, isto é, em diversas esferas de atividades institucionais. A uma mesma mulher, por exemplo, cabe, no domínio da família, desempenhar o papel de

mãe, filha e irmã e, no domínio do trabalho, o papel de chefe, funcionária e colega.

As tipificações dos padrões interacionais dependem da maneira pela qual cada sociedade ou grupo constrói e define a realidade que os cerca. Diferentes grupos podem ter diferentes definições do comportamento adequado a determinados papéis. Além disso, os papéis admitem graus de liberdade individual quanto à sua interpretação: cada indivíduo internaliza, avalia, relaciona e interpreta à sua maneira as pressões que sobre ele recaem, o que pode provocar um certo descompasso entre a expectativa do desempenho e o desempenho efetivo. Apesar deste possível descompasso, sempre há regras, normas, convenções, formuladas ou não, tacitamente aceitas, que governam o comportamento dos "atores" de cada categoria socialmente significativa e, conseqüentemente, marcam as relações entre papéis.

O reconhecimento dos papéis faz-se não somente por certos indícios não-verbais, como a postura, o traje, os gestos, mas também por elementos verbais. Com efeito, na comunicação mais banal, é possível identificar formas lingüísticas específicas associadas a específicas relações entre papéis. À Sociolingüística interessa analisar os domínios e as relações entre papéis para predizer a(s) variedade(s) lingüísticas mais provavelmente escolhidas por "atores" desempenhando determinados papéis em determinados domínios e, sobretudo, para compreender e explicar tais escolhas.

Dentre os elementos verbais que marcam as relações entre papéis, destacam-se as formas de tratamento. A maneira pela qual o falante dirige-se ao ouvinte revela a posição que cada um ocupa no seu grupo e a relação que se estabelece entre eles.

Na maioria das línguas européias, excetuando o inglês padrão, existe uma diferença entre o que se convencionou denominar de formas de tratamento polidas ou "de cortesia" (V) e formas de tratamento familiares ou "de intimidade" (T): em francês, "vous" e "tu"; em alemão, "Sie" e "du"; em italiano, "lei" e "tu"; em russo, "vy" e "ty"; em espanhol, "usted" e "tu". Psicólogos sociais e sociolingüistas explicam a distinção entre V e T em termos de poder e solidariedade, por um lado, e de uso recíproco e não-recíproco, por outro. A assimetria do poder reflete-se, de certa forma, na assimetria de formas de tratamento. Onde as relações entre papéis são

hierarquizadas, envolvendo direitos e deveres desiguais, implicando, por conseguinte, um desequilíbrio de poder, o uso não recíproco de V e T é mais suscetível de ocorrer. Em uma sociedade ou em um grupo social onde existe o uso não recíproco, uma pessoa ocupando uma posição social "superior" dirige-se a seus "inferiores" usando a forma T, mas será tratada por eles como V.

O uso simétrico ou recíproco das formas de tratamento – sobretudo de T – expressa, em geral, uma relação de familiaridade e/ou de intimidade, o que ocorre, por exemplo, entre marido e mulher, entre colegas, entre conhecidos, em todos os níveis sociais. Contudo, esta simetria pode também revelar a "solidariedade grupal", a "coesão de grupo", entendida aqui como uma divisão do tipo "nós" versus "eles". Neste caso, o uso recíproco das formas de tratamento reflete não uma relação de intimidade, mas a diferença que existe entre "nós" – o grupo – e "eles" – a sociedade mais ampla.

A história tem confirmado a relação que existe entre o uso de V e T e a estrutura social. A propagação de idéias e atitudes mais igualitárias ou democráticas, sobretudo nas sociedades ocidentais, explicaria, pelo menos em parte, a simetria no uso das formas de tratamento, em particular da forma T. Na Europa, especialmente na França, o uso recíproco de T prevalece em todos os níveis sociais entre familiares, amigos, colegas e conhecidos. Nos Estados Unidos, embora não exista a distinção entre V e T, pois o pronome "you" é usado tanto para a intimidade quanto para a cortesia, termos honoríficos como "milord" e "milady" foram abolidos da língua inglesa e os termos mais cerimoniais talvez da língua inglesa e os termos mais cerimoniais talvez sejam "Mistress", "Miss" e "Mister". Isto se explica por serem os Estados Unidos "a terra da liberdade" (Elgin, 1974, p.99), uma democracia sem discriminação de classes, com oportunidades iguais para todos(!).

4.2 CONJUGAÇÃO HISTÓRICA LUSO-BRASILEIRA

O sistema das formas de tratamento em português não se limita à oposição pronominal binária, comum nas línguas européias. Em relação ao português de Portugal, verifica-se a existência de

uma grande variedade de formas de tratamento. Além das formas pronominais “tu”, “você”, “Vossa Excelência”, etc., utilizam-se regularmente formas nominais como “o(a) senhor(a)”, “o senhor Doutor”, “Dona X”, etc., tratamentos estes de emprego ocasional, mesmo raro, em outras línguas. Estas formas variadas estruturam-se em três planos segundo Cintra (1972, p.14): formas próprias da intimidade (“tu”), formas usadas no tratamento de igual para igual (ou de superior para inferior) e que não implicam intimidade (“você”) e as chamadas formas “de reverência” ou “de cortesia” (“Vossa Excelência”, “o(a) senhor(a)”, “o senhor Doutor”, “o senhor X”, “a Dona Y”).

A complexidade do sistema das formas de tratamento do português lusitano contemporâneo contrasta com a simplicidade do sistema que figura nos textos mais antigos – principalmente nas crônicas e novelas de cavalaria do século XIV – onde se observa, além da total ausência de tratamento nominal, uma oposição binária entre “tu” (tratamento de intimidade) e “vós” (tratamento distante ou “de cortesia”), usado indistintamente entre nobres, eclesiásticos e plebeus. As formas nominais “Vossa Mercê”, “Vossa Alteza” e “Vossa Senhoria” aparecem esporadicamente no século XV nas crônicas de Fernão Lopes, sempre nas falas de embaixadores castelhanos ou genoveses, o que comprova sua origem estrangeira (“Vossa Mercê” do castelhano e “Vossa Alteza” e “Vossa Senhoria” do italiano).

A expansão e a fixação dessas formas nominais de tratamento estão associadas a um ideal de sociedade altamente hierarquizada e estratificada, fortalecido com a constituição do vasto império de Carlos V. Tão hierarquizada veio a ser a sociedade portuguesa que as formas de tratamento foram reguladas em lei por Filipe II em 1597 e, posteriormente, por D. João V em 1739. As “leis da cortesia”, como foram chamadas, que estabeleciam os limites do emprego de cada tratamento, prevendo até penas para quem exigisse uma fórmula que não lhe era devida, surgiram como uma reação à crescente difusão das formas nominais, sobretudo fora da nobreza, numa tentativa de proibir a igualdade, isto é, de manter viva a organização hierárquica da sociedade.

O Brasil reconstruiu a sociedade portuguesa original, transplantando a língua dos colonizadores que, apesar da forte atuação

dos substratos e superestratos – desde a língua geral de base tupi até os dialetos de origem africana –, impôs-se como língua nacional, graças a forças centrípetas, como a língua escrita, as escolas e, sobretudo, o prestígio e a ação da classe senhorial. Empenhou-se esta classe em reproduzir na colônia o modelo hierarquizado da sociedade portuguesa e, por conseguinte, manteve-se no Brasil o sistema lusitano das formas de tratamento.

Estas formas de tratamento vão lenta e progressivamente modificar-se com a afirmação de ideais sociais mais igualitários e democráticos e a conseqüente decadência de um modelo social altamente hierarquizado. O emprego do pronome “vós”, para um único interlocutor, cai em desuso (ou se torna traço arcaizante da fala de pessoas idosas ou provincianas), cedendo lugar, por um lado, às formas nominais com o verbo na 3ª pessoa (sobretudo “o(a) senhor(a)”, “senhor X”, “Dona Y”, “senhor Doutor” no código oral, ficando as formas “Vossa Senhoria” e “Vossa Excelência” restritas ao código escrito elaborado) para indicar atitude de distanciamento ou de acatamento social e, por outro lado, à forma pronominal “você”, ora como forma igualitária, ora como forma de cortesia. Paralelamente, ampliou-se o emprego do pronome “tu” e da 2ª pessoa do singular como tratamento íntimo e sobretudo igualitário. Este sistema, que começou a se delinear no século XVIII, persiste, no dizer de Cintra (1972), no português padrão contemporâneo de Portugal.

No Brasil, parece estar ocorrendo um alargamento do campo de emprego da forma “você”, já classificada como um pronome pessoal de 2ª pessoa em algumas gramáticas mais modernas. O pronome “você” pode denotar uma relação mais afetiva, íntima” alternando neste caso, em algumas regiões com “tu”⁴, e uma relação mais cerimoniosa, de cortesia, alternando neste caso com a forma nominal “o(a) senhor”.

A variedade de formas de tratamento em português não implica a inexistência da oposição V/T. Tanto em Portugal como no Brasil, é possível opor formas de tratamento de respeito ou de cortesia a formas de tratamento familiar ou de intimidade. Se em termos morfosintáticos a peculiaridade do sistema das formas de tratamento em português está na existência de formas nominais com verbo na 3ª pessoa, cujo uso é muito freqüente, em termos semân-

ticos sua peculiaridade consiste no fato de uma mesma forma – “você” – poder recobrir o campo do “poder” (respeito, cortesia, autoridade) e o campo da “solidariedade” (familiaridade, intimidade, igualdade). Como nas demais línguas, o emprego diferenciado das várias formas de tratamento também revela diferentes relações entre papéis. Nas relações em que ocorre desequilíbrio de poder ou de status (etário, sexual, ocupacional, . . .), verificar-se-á o uso assimétrico ou não-recíproco das formas de tratamento, com pelo menos três oposições possíveis: “tu” versus “você”, “tu” versus “o(a) senhor(a)” e “você” versus “o(a) senhor(a)”.

A escolha das formas de tratamento é, portanto, determinada por fatores sócio-culturais (posição social, sexo, idade, parentesco, ocupação, . . .), obedecendo a uma certa convenção, fruto de um desejo, consciente ou não, de manter a ordem e a organização social. É bem verdade que o uso destas formas de tratamento apresenta uma variação e uma flutuação que não podem ser explicadas apenas em termos sociais, em termos de “poder” e “solidariedade”. Esta variação está também relacionada às condições de produção do discurso, isto é, a todos os fatores e atos que provocam a produção de um enunciado, tais como a intenção do falante, o estado psicológico dos interlocutores, o contexto e a situação, o conteúdo do enunciado, etc. Mas, tanto uma análise diacrônica quanto uma análise sincrônica parecem evidenciar a correlação existente entre a escolha das formas de tratamento e a marcação de relação entre papéis determinados sócio-culturalmente.

4.3 CONJUGAÇÃO FAMILIAR

No domínio da família, além dos papéis feminino e masculino, distinguem-se, de acordo com a matriz geracional, o papel de pai/mãe e o papel de filho. Espera-se dos pais que se comportem como agentes primordiais na formação física, moral e intelectual dos filhos. “Os pais, sobretudo na primeira socialização, são os responsáveis básicos pela mediação e filtragem do mundo para a criança” (Salem, 1980, p.32). À medida que a criança deduz a intenção das atitudes dos pais, ela aprende o que é esperado dela, is-

to é, ela incorpora o seu próprio papel. Este modelo de família nuclear é questionável, não somente pela margem de liberdade individual que existe na assimilação dos papéis, como também pela natureza mutável e complexa da família e, naturalmente, das relações entre pais e filhos.

Somente no final do século XVII e início do século XVIII, com o nascimento da sociedade moderna e a afirmação do liberalismo burguês, emerge a noção de família nuclear, não mais centrada em amplas relações de parentesco nem aberta a grupos colaterais (vizinhos, amigos, amos, criados), mas estruturada de maneira unicelular. Na nova família, a privacidade, o intimismo, o afeto e a solidariedade entre seus membros – entre os cônjuges e entre os pais e filhos – tornam-se elementos fundamentais para a identidade familiar. A partir de então, a infância é valorizada enquanto faixa etária diferenciada, com interesses próprios e necessidades específicas, o que não acontecia na família antiga em que, muito cedo, crianças e adultos compartilhavam dos mesmos jogos, trabalhos, eventos em geral, sem que nenhum vínculo afetivo os aproximasse.

A mudança da família vai refletir-se nas formas de tratamento, como bem ilustra Philippe Ariès:

“As antigas formas de tratamento como *Madame* desapareceram (. . .). O marido dava à mulher o mesmo nome pelo qual a chamavam as crianças: mamãe (. . .). As crianças são designadas por diminutivos familiares: Minette e Coco. O uso mais difundido do diminutivo e do apelido correspondia a uma familiaridade maior, e, sobretudo, a uma necessidade de as pessoas se chamarem de uma forma diferente dos estranhos, de sublinhar por uma espécie de linguagem iniciática a solidariedade dos pais e dos filhos, e a distância que os separava de todos os demais” (Ariès, 1978, p.267).

Como todo reflexo lingüístico da realidade social é lento e parcial, a mudança no uso das formas V/T só será percebida no início do século XX, resultado não de um único acontecimento histórico-social, mas da influência acumuladora de fatos como o feudalismo, o Renascimento, a Reforma, a Revolução Francesa, o Liberalismo do século XIX e a democratização do século XX (Fishman, 1982). Nada melhor do que a literatura como documentação histórica para mostrar que no século XIX ainda persiste o uso não-recí-

próco de V/T nas relações entre pais e filhos. Em Balzac (1834), as filhas dirigem-se sempre ao pai Goriot usando “vous”, mas são tratadas por “tu”⁵. Somente na literatura do século XX observa-se a reciprocidade no uso das formas de tratamento nas relações familiares: em Claudel (1912), pais e filhas já se “tutoient”.

No Brasil, repete-se o mesmo processo observado na Europa, evidentemente com algumas peculiaridades impostas pela sua situação de colonizado. A organização da família brasileira sofreu importante influência da metrópole, que estimulava o sistema latifundiário, permitindo aos proprietários de terra que governassem sozinhos nos três primeiros séculos de colonização. A criação e a preservação do patrimônio, garantia de superioridade social, dependia do chefe do clã, o que explica o poder e a autoridade do pai e a submissão e a obediência da mulher e do filho. “A família funcionava como um epicentro do direito do pai que monopolizava o direito da prole e da mulher” (Costa, 1989, p.153). No Brasil colônia, toda família reproduzirá o modelo “latifundiário”, organizando-se de acordo com os padrões senhoriais, mesmo a família sem terra e sem propriedade, como a família comerciante, a família militar, a família funcionária, etc.

A partir da segunda metade do século XIX, com a ascensão da burguesia na sociedade brasileira, que coincidiu com a emergência das classes médias urbanas, a família passa a se estruturar em função da criança, repetindo-se aqui o processo ocorrido na Europa um século antes. O novo modelo familiar burguês gera uma maior união familiar e uma distribuição mais justa e equitativa de papéis – o pai, responsável pela proteção material do filho, e a mãe, iniciadora da educação infantil. Se a valorização da infância retira a criança de seu antigo anônimo, impõe-lhe a condição de ser frágil e dependente.

Assim, a criança é concebida como uma entidade físico-moral amorfa, socialmente dependente e inferior.

“... postula-se a fragilidade natural a partir de sua situação biológica em formação; em razão disto, é distanciada dos meios produtivos, o que determina sua dependência, acentuada pelo fato de que não vem a ser dotada de um conhecimento pragmático que a ajude a transmutar em trabalho suas habilidades”. Zilberman, 1982, p.18).

Esta imagem da infância vai gerar meios de controle do desenvolvimento intelectual da criança e de manipulação de suas emoções. Escola e família aliam-se para preservar esta imagem, contribuindo para legitimar a superioridade e a autoridade dos adultos, mestres e pais, sobre os “pequenos”.

Negar que esta imagem da infância perdura até hoje na família brasileira seria falsear a realidade. No entanto, é impossível deixar de reconhecer que a estrutura da família, nos últimos tempos, tem passado por alterações radicais, ditadas pela emancipação da mulher, pelo enfraquecimento da autoridade dos pais, pelo crescente número de divórcios, pela complexidade da vida nos grandes centros urbanos, pela expansão dos meios de comunicação de massa, etc. As transformações na estrutura familiar implicam o redimensionamento dos papéis desempenhados pelos pais e pelos filhos, que se repercute forçosamente na escolha das formas de tratamento entre pais e filhos.

Já terá Belém incorporado essas mudanças? É o que pretendemos ver.

5 EM CIMA DOS DADOS

Conforme já mencionamos no item sobre as considerações metodológicas, os dois fatores considerados hipoteticamente significativos para a análise das formas de tratamento entre pais e filhos são a faixa etária e o grupo sócio-econômico. Foi a delimitação destes fatores que nos permitiu chegar a oito grandes grupos: APx, APy, AFx, AFy, BPx, BPy, BFx e BFy.

No grupo APx, verificamos que predomina, nas gravações, a ocorrência da forma “tu”, explícita e implícita. Dos cinco informantes, três (APx 2, APx 3 e APx 5) fazem uso exclusivo da forma “tu”. Quanto aos dois outros, o informante APx 1 alterna o uso de “tu” e “você”, mas ainda com o predomínio de “tu”, se considerarmos tanto as formas explícitas como as implícitas (21 “tu” e 10 “você”); já o informante APx4 emprega de modo explícito apenas a forma “você”, porém a forma implícita “tu” aparece em dois contextos:

APx 4:

“Tua mãe?”

“Não sei te dizer.”

De modo geral, estes dados foram confirmados pelas respostas dadas tanto pelos filhos quanto pelos pais à pergunta 7 do questionário destinado a avaliar a atitude lingüística dos informantes em relação às variantes observadas. Apenas a informante APx 1 diz usar com mais frequência a forma “você”, o que não se verifica na gravação.

Também no grupo BPx a maior incidência recai na forma “tu”. Na fala de três dos cinco informantes (BPx 2, BPx 4 e BPx 5), a escolha da forma “tu” atinge 100%. BPx 1 só usa uma vez “você”, como vocativo, e na mesma frase inclui um “tu” implícito:

BPx 1:

“E você, M, o resultado das tuas provas?”

A única exceção do grupo é o informante BPx 3 que usa exclusivamente a forma “você”, talvez pela falta de naturalidade na conversa gravada (a única em toda a amostragem que nos deu a impressão de ter sido “ensaiada”), muito embora, no questionário de avaliação, seu filho afirme ser tratado por “você”. No entanto, na fala da mãe, que pelo visto não participou dos “ensaios”, aparece sempre “tu”.

Quanto às respostas que constam no questionário, em apenas duas parece haver discordância entre a forma presumidamente escolhida pelos pais para se dirigirem aos filhos e a forma registrada na gravação (BPx 1 e BPx 3). O informante BPx 1, que afirma, no questionário, tratar seus filhos por “você”, usa esta forma, na gravação, uma única vez com o filho; somente ao se dirigir à filha caçula usa “você” de modo exclusivo. Por outro lado, segundo o filho do informante BPx 3 (que declara tratar seu filho por “você”), seu pai o trata por “tu”, o que realmente ocorre na gravação.

Comparando os dados dos grupos APx e APy (quadros 2 e 3), constatamos que, em APy, a forma “tu” ainda predomina, a forma “você” aparecendo com quase o mesmo número de ocorrência nos dois grupos. Há uso exclusivo de “tu” somente em APy 3 e quase

exclusivo em APy 1 e APy 5 que, no entanto, no questionário, observam que usam também “você”, em determinadas situações:

APy 5:

“Uso normalmente “tu”, porém, em certas situações – chamar a atenção, expressar carinho –, uso com frequência “você”.

QUADRO 2 - FORMAS DE TRATAMENTO DE APx PARA AFx

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL
1	15	06	21	08	02	10
2	08	08	16	00	00	00
3	02	00	02	00	00	00
4	00	02	02	02	04	06
5	07	07	14	00	00	00
TOTAL	32	23	55	10	06	16
%	45,08	32,39	77,47	14,08	8,45	22,53

QUADRO 3 - FORMAS DE TRATAMENTO DE APy PARA AFy

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL
1	07	02	09	00	01	01
2	00	00	00	03	00	03
3	01	04	05	00	00	00
4	00	00	00	11	00	11
5	12	15	27	01	01	02
TOTAL	20	21	41	15	02	17
%	34,49	36,21	70,70	25,86	3,44	29,30

APy 2 e APy 4 empregam apenas a forma “você”.

Já no grupo BPy, o uso de “você” parece ser bem mais amplo do que em BPx (quadros 4 e 5). Essa forma aparece de modo predominante na fala de BPy 1 e de BPy 2. Se BPy 3, BPy 4 e BPy 5 empregam apenas “tu” nas gravações, no questionário, BPy 4 parece estar certo de que trata seus filhos por “você” (o que, aliás, é confirmado por BFy 4) e BPy 5 acredita usar “tu” apenas “às vezes” (alternância também registrada por BFy 5). Quanto à BPy 3, seu filho, talvez por não haver compreendido a pergunta 7 do questionário, informa ser tratado por “tu” ou “você”.

O quadro 6 resume os dados dos grupos AP (APx e APy) e BP (BPx e BPy). Os dados destes grupos comprovam, portanto, o domínio da forma “tu” quando os pais se dirigem aos filhos, apesar da considerável variação – “tu” ~ “você” – nos grupos APy e BPy que, coincidência ou não, são os únicos com informantes na faixa de 30 a 35 anos (2 em APy e 3 em BPy). Mas o que mais interessa à nossa pesquisa é o tratamento que os filhos dispensam aos pais.

No conjunto das gravações do grupo AFx (quadro 7), não podemos depreender uma única forma dominante: AFx 3 e AFx 4 – uso exclusivo de “o(a) senhor(a)”, AFx 5 – uso exclusivo de “tu” e AFx 1 e AFx 2 – variação de duas ou três formas. Na gravação do informante AFx 1, predomina sensivelmente a forma “você” que alterna uma vez com “senhora” e três vezes com “tu” (“tu” implícito). Já na conversa gravada pela informante AFx 2, observamos uma marcada preferência pela forma “tu”, havendo a ocorrência de um único “senhora” para a mãe:

AFx 2 e APx 2:

- Mãe, tu vais hoje ao supermercado?
- Vou.
- Eu vou contigo.
- ...
- Mãe, a senhora vai na ... comigo?”

QUADRO 4 - FORMAS DE TRATAMENTO DE BPx PARA BFx

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL
1	00	07	07	01	00	01
2	04	16	20	00	00	00
3	00	00	00	07	03	10
4	02	04	06	00	00	00
5	52	28	80	00	00	00
TOTAL	58	55	113	08	03	11
%	46,78	44,36	91,14	6,45	2,41	8,86

QUADRO 5 - FORMAS DE TRATAMENTO DE BPy PARA BFy

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL
1	02	06	08	15	11	26
2	00	03	03	09	06	15
3	34	28	62	00	00	00
4	01	08	09	00	00	00
5	00	01	01	00	00	00
TOTAL	37	46	83	24	17	41
%	29,85	37,10	66,95	19,35	13,70	33,05

QUADRO 6 - FORMAS DE TRATAMENTO DE PAIS PARA FILHOS NOS QUATRO GRUPOS

GRUPOS INFORMANTES	FORMAS DE TRATAMENTO					
	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL
APx	45,08	32,39	77,47	14,08	8,45	22,53
APy	34,49	36,21	70,70	25,86	3,44	29,30
BPx	46,78	44,36	91,14	6,45	2,41	8,86
BPY	29,85	37,10	66,95	19,35	13,70	33,05

QUADRO 7 - FORMAS DE TRATAMENTO DE AFx PARA APx

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL	SE-NHOR	(SE-NHOR)	SUB-TOTAL
1	00	03	03	06	06	12	01	00	01
2	05	02	07	00	00	00	01	00	01
3	00	00	00	00	00	00	01	01	02
4	00	00	00	00	00	00	02	00	02
5	02	02	04	00	00	00	00	00	00
TOTAL	07	07	14	06	06	12	05	01	06
%	21,88	21,88	43,76	18,75	18,75	37,50	15,62	3,12	18,74

Os informantes do grupo AFx parecem ter uma certa consciência de suas escolhas: no total, as respostas do questionário parecem confirmar os dados obtidos nas gravações. Apenas a informante AFx 5 afirma usar às vezes a forma “o(a) senhor(a)” que em nenhum momento aparece na gravação.

É interessante observar que, em algumas respostas à pergunta 10 do questionário, tanto informantes AP quanto AF declaram conhecer outras crianças da mesma faixa etária – 12 a 14 anos – que

empregam com frequência ou mesmo exclusivamente “o(a) senhor(a)”. Aliás, este uso frequente é de certa forma confirmado no conjunto das gravações: apesar de não ser a forma dominante, “o(a) senhor(a)” está presente em todas as gravações, com exceção de AFx 5.

No grupo BFx (quadro 8), embora também ocorra variação, é possível destacar uma forma predominante – “o(a) senhor(a)” – que ocorre, de maneira exclusiva, na fala dos informantes BFx 1, BFx 3 e BFx 4 e, alternando com “tu” e “você”, na fala de BFx 5. Apenas o informante BFx 2 dirige-se ao pai sempre por “tu”. É interessante observar que, no questionário, este mesmo informante afirma tratar a mãe por “senhora”.

Os informantes do grupo AFy (quadro 9), apresentam nítida preferência pelo pronome “tu”: três informantes (AFy 1, AFy 4 e AFy 5) – uso exclusivo de “tu”, um informante (AFy 3) – uso exclusivo de “senhor” e um informante (AFy 2) – uso equilibrado de “você” e “senhora”. Não há nenhuma discordância a registrar entre as gravações e as respostas que constam no questionário.

No grupo BFy (quadro 10), à semelhança do grupo BFx, predomina a forma “o(a) senhor(a)”. Dos cinco informantes, dois usam apenas “o(a) senhor(a)” (BFy 1 e BFy 4); dos outros três, BFy 2 manifesta preferência por “senhora”, usando apenas uma vez o “tu” implícito, e BFy 3 e BFy 5 fazem uso absoluto de “tu”. Quanto às informações acrescentadas pelo questionário, a maioria delas ratifica os dados obtidos nas gravações, com exceção da resposta de BFy 2 às perguntas 1 e 2, onde ela afirma empregar “você” e, às vezes, “o(a) senhor(a)”, única forma explícita detectada nas gravações.

O quadro 11 permite visualizar o conjunto dos dados dos grupos AF (AFx e AFy) e BF (BFx e BFy).

Na tentativa de conjugar todas as informações obtidas através das gravações, chegamos ao quadro 12 que já aponta algumas evidências em relação à mudança que parece estar ocorrendo nas formas de tratamento entre pais e filhos de Belém.

QUADRO 8 - FORMAS DE TRATAMENTO DE BFx PARA BPx

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL	SE-NHOR	(SE-NHOR)	SUB-TOTAL
1	00	00	00	00	00	00	07	01	08
2	03	07	10	00	00	00	00	00	00
3	00	00	00	00	00	00	01	01	02
4	00	00	00	00	00	00	05	01	06
5	08	07	15	04	04	08	13	04	17
TOTAL	11	14	25	04	04	08	26	07	33
%	16,67	21,21	37,88	6,06	6,06	12,12	39,40	10,60	50,00

QUADRO 9 - FORMAS DE TRATAMENTO DE AFy PARA APy

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL	SE-NHOR	(SE-NHOR)	SUB-TOTAL
1	06	01	07	00	00	00	00	00	00
2	00	00	00	01	00	01	01	00	01
3	00	00	00	00	00	00	01	00	01
4	07	02	09	00	00	00	00	00	00
5	12	02	14	00	00	00	00	00	00
TOTAL	25	05	30	01	00	01	02	00	02
%	75,76	15,15	90,91	3,03	00	3,03	6,06	00	6,06

QUADRO 10 - FORMAS DE TRATAMENTO DE BFy PARA BPy

INFORMANTES	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL	SE-NHOR	(SE-NHOR)	SUB-TOTAL
1	00	00	00	00	00	00	04	09	13
2	00	01	01	00	00	00	02	00	02
3	04	04	08	00	00	00	00	00	00
4	00	00	00	00	00	00	10	00	10
5	06	00	06	00	00	00	00	00	00
TOTAL	10	05	15	00	00	00	16	09	25
%	25	12,5	37,5	00	00	00	40	22,5	62,5

QUADRO 11 - FORMAS DE TRATAMENTO DE FILHOS PARA PAIS NOS QUATRO GRUPOS

GRUPOS	FORMAS DE TRATAMENTO								
	TU	(TU)	SUB-TOTAL	VOCÊ	(VOCÊ)	SUB-TOTAL	SE-NHOR	(SE-NHOR)	SUB-TOTAL
AFx	21,88	21,88	43,76	18,75	18,75	37,50	15,62	3,12	18,74
AFy	75,76	15,15	90,91	3,03	00	3,03	6,06	00	6,06
BFx	16,67	21,21	37,88	6,06	6,06	12,12	39,40	10,60	50,00
BFy	25,00	12,50	37,50	00	00	00	40,00	22,50	62,50

QUADRO 12 - FORMAS DE TRATAMENTO ENTRE PAIS E FILHOS

GRUPO	DE F PARA P						GRUPO	DE P PARA F			
	TU		VOCÊ		SENHOR			TU		VOCÊ	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%		Quant.	%	Quant.	%
AF	44	67,70	13	20,00	08	12,30	AP	96	74,42	33	25,58
BF	40	37,73	08	7,54	58	54,73	BP	196	79,04	52	20,96
Fx	39	39,80	20	20,40	39	39,80	Px	168	86,16	27	13,84
Fy	45	61,66	01	1,36	27	36,98	Py	124	68,14	58	31,86
TOTAL	84	49,13	21	12,28	66	38,59	TOTAL	282	76,84	85	23,16

6 POR TRÁS DOS DADOS

Nossa hipótese inicial de que uma mudança estaria se insinuando no emprego das formas de tratamento, principalmente de filhos para pais, foi confirmada pelos dados obtidos em nossa pesquisa.

No sistema atual das formas de tratamento de filhos para pais na família belenense, está ocorrendo a seguinte variação: “tu” ~ “você” ~ “o(a) senhor(a)”. Se durante muito tempo a forma dominante foi “o(a) senhor(a)” (75% dos informantes-pais declaram, no questionário, usar exclusivamente esta forma ao se dirigirem a seus pais), no momento presente, os dados mostram que “o(a) senhor(a)” está “perdendo terreno” para “tu”: enquanto 38,59% das formas usadas pelos informantes-filhos é “o(a) senhor(a)”, quase 50% (49,13%) corresponde a “tu”.

Os dados também evidenciaram que os fatores faixa etária e grupo sócio-econômico são de fato significativos para a análise das formas de tratamento entre pais e filhos, enquanto a variável sexo, por nós neutralizada, revelou-se de fraca ou de nenhuma influência.

Considerando a variável faixa etária, constatamos que o uso de “tu” é sensivelmente predominante entre as crianças de 8 a 10 anos (Fx - 39,80% e Fy - 61,66%). Ainda aqui a variável sócio-econômica interfere, pois é entre os filhos de professores (desta faixa) que o uso de “tu” atinge quase 100% de ocorrências (quadro 11: AFy - 90,91% e BFy - 37,50%). No cômputo geral, o uso de “tu” predomina no grupo de professores (AF - 67,70% e BF - 37,73%). Em termos de oposição V/T, isto talvez signifique que existe uma maior simetria no grupo dos professores e uma maior assimetria no grupo dos funcionários. Para perceber a presença ou ausência de reciprocidade no tratamento entre pais e filhos, basta comparar os percentuais que aparecem no quadro 12.

Afinal, o que estaria por trás dos dados? Seria o grupo dos funcionários mais conservador do que o dos professores? Coincidência ou não, no questionário, a maioria dos funcionários e alguns de seus filhos atribuem grande importância à maneira pela qual os filhos dirigem-se a seus pais e justificam a preferência por “o(a) senhor(a)” em termos de respeito e tradição:

BPx 3:

“O respeito é bom e meus filhos seguem este padrão (...) Para que o respeito não fique no esquecimento: senhor, senhora.”

BPx 1:

“Você é mais para modernizar. A tradição não deve morrer. Não se deve modernizar.”

Os rótulos de respeito e de tradição estariam dissimulando uma relação de dominação? Haveria aí resquícios do modelo “latifundiário” da família, em que o pai-proprietário “manda” e o filho-propriedade “obedece” e “respeita”?

É bem verdade que este conservadorismo (?) também aparece no discurso dos pais professores:

APx 3:

“A criança necessita de uma figura de maior autoridade e respeito”.

APx 4:

“Talvez não gostasse do tratamento por tu.”

Aqui também há considerável interferência da variável faixa etária: as alusões ao respeito, à autoridade, à tradição são feitas tanto por funcionários quanto por professores com filhos de 12 a 14 anos e com idade superior à daqueles que possuem filhos de 8 a 10 anos.

Em alguns casos, parece que a assimetria “tu” versus “o(a) senhor(a)” é atenuada pela oposição “tu” versus “você”. Vale lembrar que a forma “você” recobre tanto o campo do poder quanto o da solidariedade. Parece que, no domínio da família belenense, esta forma está mais associada à intimidade ou pelo menos ao desejo de estabelecer relações mais íntimas. É interessante ressaltar que “você” só é empregado por filhos que também usam “o(a) senhor(a)”. O uso alternado de “você” e “o(a) senhor(a)” estaria indicando uma passagem para o uso exclusivo de “tu”?

Não estamos afirmando que as relações familiares sejam mais íntimas, mais afetivas pelo simples fato de os filhos usarem “tu” para com seus pais. Mas acreditamos que o uso recíproco de “tu” possa ser um indício de uma relação menos desigual.

A reciprocidade de tratamento entre pais e filhos seria uma consequência da mudança da noção de poder dentro da família? Estaríamos presenciando um redimensionamento dos papéis familiares na família belenense? Não temos pretensão de responder a estas perguntas, mas acreditamos na importância destes questionamentos. Gostaríamos também de acreditar que este estudo possa motivar uma reflexão mais profunda, menos apressada, sobre o assunto.

N O T A S

1. “Concebendo o homem em sua relação com a natureza ou em sua relação com o homem por intermédio da linguagem, nós concebemos a sociedade. Isto não é coincidência histórica, mas encadeamento necessário. Pois a linguagem realiza-se sempre em uma língua, em uma estrutura lingüística definida e particular, inseparável de uma sociedade definida e particular. Língua e sociedade não se concebem uma sem a outra.”
2. Saussure preconizava o estudo da língua em si e por si para instaurar uma lingüística independente, científica, com um objeto e um método claramente definidos – a lingüística da língua –, argumento este utilizado por seus defensores para justificar a limitação do seu estudo. Todavia, os partidários de uma lingüística social questionam até que ponto esta redução teria sido realmente necessária para a constituição da Lingüística enquanto ciência ou se não teria sido fruto de uma escolha ideológica.
3. As outras quatro dimensões da Sociolingüística baseiam-se, segundo Bright, na finalidade e nos objetivos do pesquisador: a quarta está relacionada com o ponto de vista sincrônico ou diacrônico da pesquisa sociolingüística; a quinta trata da diferença entre o uso que os falantes fazem da língua e sua crença sobre o seu comportamento lingüístico e o dos demais; a sexta aborda a extensão da diversidade; e a sétima interessa-se pela aplicação das descrições da diversidade sociolingüística.
- 4 Segundo uma pesquisa realizada a partir de material do Projeto NURC, pelas professoras Judith Freitas e Alba Silva, da Universidade Federal da Bahia, pode-se dividir em dois grupos as cidades brasileiras participantes do projeto, conforme sua preferência pelo uso de “tu” ou “você”: Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, em que a seleção da forma explícita “você” atinge 100%, e Porto Alegre, em que se verifica o uso quase exclusivo de “tu” (Freitas & Silva, 1986, p. 243).
- 5 “ – *Qu'avez-vous donc, mon père?* reprit madame de Nucingen.
– *Tu viens, répondit le vieillard, de me donner un coup de hache sur la tête. Dieu te pardonne, mon enfant! Tu ne sais pas combien je t'aime...*”

A N E X O S

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO

DADOS PESSOAIS:

SEXO:

IDADE:

GRAU DE ESCOLARIDADE:

PROFISSÃO:

BAIRRO EM QUE MORA:

BAIRRO EM QUE MORA(VA)M SEUS PAIS:

PROFISSÃO DOS PAIS:

PAI:

MÃE:

IDADE DO CÔNJUGE:

PROFISSÃO DO CÔNJUGE:

RESPONDA ÀS PERGUNTAS ABAIXO:

1. De que maneira seu(sua) filho(a) dirige-se a você? Ele(ela) usa "tu", "você", "o(a) senhor(a)",...?

.....
.....

2. E ao pai (à mãe)?

.....
.....

3. Ele(ela) sempre se dirige a você da mesma maneira (usando "tu", "você" ou "o(a) senhor(a)")? E ao pai(à mãe)?

.....
.....

4. Você lembra de algum momento em que ele(ela) se dirija a você de maneira diferente. Neste caso, qual a sua reação?

.....

.....
5. E você, como você se dirige a seus pais? Você usa "tu", "você" ou "o(a) senhor(a)"?
.....
.....

6. Como seu(sua) filho(a) trata os avós? Ele(ela) usa "tu", "você" ou "o(a) senhor(a)"?
.....
.....

7. Como você se dirige a seu(sua) filho(a)? Você o(a) trata por "tu", "você",...?
.....
.....

8. Como você mais gosta de que seu(sua) filho(a) fale com você? Usando "tu", "você" ou "o(a) senhor(a)"?
.....
.....

9. Você acha importante para as relações entre pais e filhos a maneira como os filhos dirigem-se aos pais? Por quê?
.....
.....

10. Você já observou se os colegas de seu(sua) filho(a) dirigem-se aos pais da mesma maneira que o seu(sua) filho(a)?
.....
.....

ANEXO 2

QUESTIONÁRIO

DADOS PESSOAIS:

SEXO:

IDADE:

SÉRIE QUE ESTÁ CURSANDO:

PROFISSÃO DO PAI:

PROFISSÃO DA MÃE:

BAIRRO EM QUE MORA:

RESPONDA ÀS PERGUNTAS ABAIXO:

1. De que maneira você fala com seu pai? Você usa "tu", "você", "o senhor",...?

.....

2. E com sua mãe?

.....

3. Você sempre se dirige aos seus pais da mesma maneira (usando "tu", "você" ou "o(a) senhor(a)")?

.....

4. Você lembra de algum momento em que se dirija a eles de maneira diferente? Nesse caso, qual a reação deles?

.....

5. Como você se dirige a seus avós? E a seus tios? (Você usa "tu", "você" ou "o(a) senhor(a)")?

.....

6. Seus pais dirigem-se a seus avós da mesma maneira que você?

.....

7. Como seus pais dirigem-se a você? Eles usam sempre "tu"?

.....

8. Como você mais gosta que seus pais falem com você? Usando "tu" ou "você"?

.....

9. Você acha importante para as relações entre pais e filhos a maneira como os filhos dirigem-se aos pais?

.....

10. Você já observou se seus colegas dirigem-se aos pais da mesma maneira que você?

.....

.....

TU explícito: VOCÊ explícito:
 TU implícito: VOCÊ implícito:

QUESTIONÁRIO

FILHO PARA PAI:
 FILHO PARA MÃE:
 FILHO PARA AVÓS/TIOS:
 VARIAÇÃO:.....

 FORMA PREFERIDA:
 PAIS PARA FILHOS:
 PAIS PARA SEUS PAIS:
 COMENTÁRIOS REGISTRADOS:.....

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978, 279p.
- BALZAC, Honoré. *Le Père Goriot*. [s.1.], [s.n.], 1834.
- BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1966.
- BRIGHT, William. As dimensões da Sociolinguística. In: FONSECA, M^a Stella V. da, NEVES, Moema F., (Org.) *Sociolinguística*. [s.1.], Eldorado, 1974, p.17-23.
- CINTRA, Luís F.L. *Sobre formas de tratamento na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, 139p.
- CLAUDEL, Paul. *L'annonce faite à Marie*. [s.1.], [s.n.], 1912.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989, 262p.
- ELGIN, Suzette Haden. *Que é lingüística?* Rio de Janeiro: Zahar, 1974, 159p.
- FISHMAN, Joshua. *Sociologia del lenguaje*. Madrid: Cátedra, 1982, 265p.
- FREITAS, Judith, SILVA, Alba. Tu e você na escola. In: *Simpósio sobre a diversidade lingüística no Brasil, 1*, Salvador, 1986.
- GNERRE, Maurizio. Linguagem, poder e discriminação. In: _____. *Linguagem escrita e poder*. São Paulo: M. Fontes, 1985, p.3-24.
- LABOV, William. *The Social stratification of English in New York City*. Washington: Center for applied linguistics, 1966. 655p. (ap. Marcellesi & Gardin, 1974).

- MARCELLESI, J.B., Gardin, B. *Introduction à la sociolinguistique; la linguistique sociale*. Paris, Larousse, 1974.
- SALEM, Tania. *O velho e o novo; um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis: Vozes, 1980, 240p.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix, 1987, 279p.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1985, 96p.
- TARALLO, Fernando. "Era uma vez...": *estórias e a história. O histórico e o discurso*. Uberaba: Centro de Ciências Humanas, 1986, p.9-23 (Série Estudos, 12)
- ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. São Paulo: Global, 1982, 104p.